

Índios Suruí voltam a denunciar a exploração madeireira

"Nossos guardas tem fotografado as atividades e marcam as fotos usando a tecnologia GPS", diz Almir Suruí Narayamoga

13/11/2012 - 17:01:29

Fonte: ASCOM



No Brasil o povo Paiter Suruí criou o primeiro projeto de REDD em terra indígena para proteger o território da extração ilegal de madeira, pesca e invasão para criação de gado em área protegida. As ações ilegais foram descobertas por membros da tribo atuando como guarda das florestais em apoio ao projeto de REDD. Eles apresentaram suas conclusões às autoridades policiais.

A última fiscalização foi na semana passada. Os guardas, que são membros do grupo indígena Suruí Paiter, têm monitorado efetivamente o território há pelo menos dois anos. O esforço, além de garantir a floresta em pé, ajuda a ganhar créditos de carbono através do projeto REDD (redução de emissões por desmatamento e degradação) que tem o objetivo de salvar florestas ameaçadas através de ações voluntárias.

Os fiscais foram treinados por duas ONGs ambientais, Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam) e Equipe de Conservação da Amazôniaand (ECAM), e as suas ações no território indígena são coordenadas pelos próprios líderes indígenas com o apoio da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé (Kanindé), uma ONG local que há muito tempo é aliada dos Suruí.

"Nossos guardas tem fotografado as atividades e marcam as fotos usando a tecnologia GPS", diz Almir Suruí Narayamoga, chefe geral do Paiter Suruí-. "Eles também tem acompanhado os madeireiros que montaram uma serraria dentro do território. O material agora vai ser apresentado ao escritório local da Funai (Fundação Nacional do Índio) para que sejam tomadas providências. Precisamos que eles ajam a partir desta informação. "

Toda a atividade ilegal foi concentrada ao longo de uma das oito entradas que dão acesso ao território, e Almir disse que os fiscais também foram falar com "um pequeno grupo" de índios Suruí Paiter, suspeitos de estarem ajudando madeireiros a extrair a madeira ilegalmente.

"Os Suruí estão fazendo sua parte para proteger seus 248.000 hectares de floresta em terras tradicionais, mas eles não podem fazer isso sozinhos", diz uma das fundadoras da Kanindé Ivaneide Bandeira. "Para a implementação do trabalho, é urgente e essencial que o Governo Federal que imediatamente expulse os madeireiros ilegais de terras Suruí."

O trabalho de fiscalização na Terra Indígena 7 de setembro é destaque na imprensa internacional. Atualmente Almir Suruí e Ivaneide Bandeira estão em Nova York, nos Estados Unidos para buscar ajuda internacional para resolver o problema.

Uma das reportagens podem ser vistas no site através do link abaixo:
http://www.ecosystemmarketplace.com/pages/dynamic/article.page.php?page_id=9421&ion=news_articles&eod=1
Mas ao receber a denúncia a ouvidoria da Funai com sede em Brasília reagiu afirmando que a FUNAI tem agido na área para proteger o território.

Carta da FUNAI enviada a Almir Suruí, na íntegra: Prezado (a) cidadão (ã),
Cumprimentando-o (a) cordialmente, em atenção a vossa mensagem eletrônica, datada de 10 de julho de 2012, que trata acerca da presença de madeireiros na TI Sete de Setembro, informamos o que se segue.

No que tange à informação de encaminhamento de inúmeras cartas a esta Fundação, esclarece a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT), vinculada à Diretoria de Proteção Territorial (DPT) da Funai que foi recebida apenas uma carta que, embora endereçada à Polícia Federal de Espigão do Oeste/RO, fora protocolizada na CR Cacoal em 9.5.12.

Desta forma, solicita a CGMT que as citadas correspondências sejam reenviadas, ou que sejam encaminhados os números e datas dos documentos para que sejam tomadas as providências junto à CR Cacoal, ressaltando, ainda, que as informações contidas nesses documentos servirão de base para um processo investigativo, em parceria com o Departamento de Polícia Federal, para apuração das denúncias apresentadas.

Atesta a CGMT que, em resposta à carta supracitada, foi realizada ação de monitoramento territorial pela equipe da CR em conjunto com a Polícia Militar Ambiental, entre os dias 21.05.12 e 30.05.12, na qual foram realizadas várias diligências nas regiões vulneráveis apontadas na carta, com o intuito de constatar os problemas ambientais e realizar apreensões e prisões de agentes ilegais em caso de flagrante.

Segundo informações da CGMT, durante a referida ação, foi apreendido um caminhão carregado de madeira que saía da TI pela região de Boa Vista do Pacarana, e foi realizada a prisão em flagrante do condutor.

Ante o exposto, afirma a CGMT que diante das constatações feitas pelos servidores da Funai na ação supramencionada e em outras incursões realizadas pela terra indígena, esta Fundação tem realizado um trabalho de inteligência juntamente com a Polícia Federal no intuito de promover uma ação eficaz para o controle da situação.

Relata a CGMT que nos últimos anos esta Fundação tem envidado esforços, recursos humanos e financeiros na execução de ações de fiscalização nas terras indígenas e, em particular, na TI Sete de Setembro, sendo que em 2009 foram realizadas ações constantes de fiscalização e monitoramento territorial na TI em comento, visando coibir os ilícitos ambientais, sobretudo a exploração de madeira.

Conforme exposto pela CGMT, após operação de fiscalização realizada juntamente com a Polícia Militar Ambiental na TI Sete de Setembro, mais especificamente em sua porção oeste/região da Linha 07, no final de 2009, foi possível desarticular um grande foco de retirada de madeiras. Na ocasião, foi instalada uma base nessa região, que inibiu fortemente as atividades ilegais na área, e uma outra base na Linha 14, a fim de coibir os ilícitos nessa outra porção da TI. Assevera a CGMT que a instalação dessa segunda base culminou em várias apreensões, entre madeiras, máquinas e equipamentos, a maioria dentro da terra indígena.

Esclarece a CGMT que nos anos de 2010 e 2011 foi dada continuidade às ações de proteção e à manutenção das duas bases de fiscalização na TI Sete de Setembro, e, no segundo semestre de 2011, foram intensificadas as ações na região de Boa Vista do Pacarana, cuja economia, como exposto acima, é toda voltada à comercialização da madeira retirada das TIs Sete de Setembro, Roosevelt e Zoró.

Consoante afirmado pela CGMT, no mês de outubro, mais especificamente, foram realizadas algumas ações de fiscalização pela CR Cacoal, juntamente com a Polícia Militar Ambiental e Polícia Federal, adentrando-se à TI Sete de Setembro ; percorrendo-se os carregadores abertos pelos madeireiros até o limite com a TI Zoró; realizando-se rondas no entorno da TI Sete de Setembro e sobrevoo sobre as TIs Sete de Setembro, Roosevelt e Parque do Aripuanã.

Cumprindo esclarecer que afirma a CGMT que as referidas ações resultaram na apreensão de caminhões carregados de madeiras no entorno das TIs que não apresentaram a documentação legal necessária.

Nos últimos anos, especialmente em 2009, acusa a CGMT que a Funai reforçou e implementou ações de fiscalização na TI Sete de Setembro, por meio de parcerias com o Departamento de Polícia Federal - DPF, o IBAMA e a Polícia Militar Ambiental, chegando a paralisar toda a atividade madeireira no território por um período.

Ressalta a CGMT que o trabalho acima explanado só foi bem sucedido haja vista que naquele momento a comunidade esteve de acordo e colaborou com as ações de fiscalização.

Ademais, conforme informações da CGMT, foi proposta Ação Civil Pública pelo MPF, Funai e IBAMA contra nove madeiras de Pacarana suspeitas de beneficiamento das madeiras provenientes das TIs Sete de Setembro, Roosevelt e Zoró.

Outrossim, atesta a CGMT que a Funai, desde 2010, vem desenvolvendo trabalho em conjunto com os agentes ambientais indígenas nas atividades de monitoramento territorial com o objetivo de, que os agentes, maiores conhecedores do território e dos problemas ambientais o trabalhados, possam qualificar os problemas para uma atuação mais efetiva e eficiente da Funai e dos demais órgãos competentes.

Convém elucidar que, conforme afirmado pela CGMT, em 2011, quando houveram diversas denúncias de extração de madeira na TI Sete de Setembro, a Funai trabalhou em parceria com os agentes ambientais indígenas indicados pelas associações dos clãs do povo Suruí.

Igualmente, aduz a CGMT que a Funai realizou trabalho de esclarecimento e diálogo com os indígenas envolvidos na extração ilegal de madeira na tentativa de dissuadi-los a abandonar o ilícito e a desenvolverem atividades ilícitas e sustentáveis para a geração de renda.

Impende esclarecer que a CGMT atesta que esta Fundação vem apoiando no ano de 2011 e 2012 todas as aldeias, independentemente das divisões políticas, na coleta e comercialização de castanha e látex, bem como no apoio para roças, além de apoiar a produção e o escoamento de diversos produtos como banana, milho, abacaxi e o café, cultivados e comercializados pelo povo Suruí.

No que tange à informação veiculada acerca da presença de madeireiros, destaca a CGMT que esta Fundação tem recebido informações qualificadas de seus madeireiros, de situação, sendo que estas estão sendo trabalhadas em planejamento conjunto com o DPF para ação estratégica na região em breve.

Aproveitando a oportunidade, a CGMT solicita da Associação Metareilá informações mais qualificadas do que as veiculadas na internet, de modo que possam contribuir para uma ação efetiva de combate à exploração de madeira na TI Sete de Setembro.

Por fim, informa a CGMT que as atividades de fiscalização realizadas na CR de Cacoal e pela Funai Sede vem alcançando outros resultados consideráveis, a saber: (i) realização de diversas ações de fiscalização que resultaram na apreensão de equipamentos e maquinários no interior da TI utilizados na exploração de madeira, caça e pesca ilegais (ii) abertura de inquérito pela Polícia Federal para investigar crime ambiental com participação de sítiantes arrendatários de terra; e (iii) participação em Ação Civil Pública (nº 13772-98.2011.4.01.4100) proposta pelo MPF que culminou no fechamento de 7 (sete) serrarias do distrito de Boa Vista do Pacarana, município de Espigão d'Oeste/RO, embora já em funcionamento por medidas judiciais.

Ainda nessa esteira, no que tange às denúncias feitas sobre o envolvimento de servidores novos em ilegalidades, a CGMT solicita que essas denúncias sejam encaminhadas oficialmente para providências cabíveis, sugerindo-se ainda que, caso haja qualquer constrangimento ou ameaças pessoais a Vossa Senhoria, que seja marcado um depoimento sigiloso na DPF para que as denúncias possam ser feitas com mais segurança. Todavia, se não houver elementos consistentes sobre as denúncias, solicita-se mais cautela, já que as informações levanas, além de implicações legais, poderão fragilizar o trabalho construído na CR Cacoal nos últimos anos ao colocar em posição de desconfiança os servidores e o próprio Coordenador Regional.

Colocamo-nos à disposição para colaborar nas discussões relacionadas ao assunto.